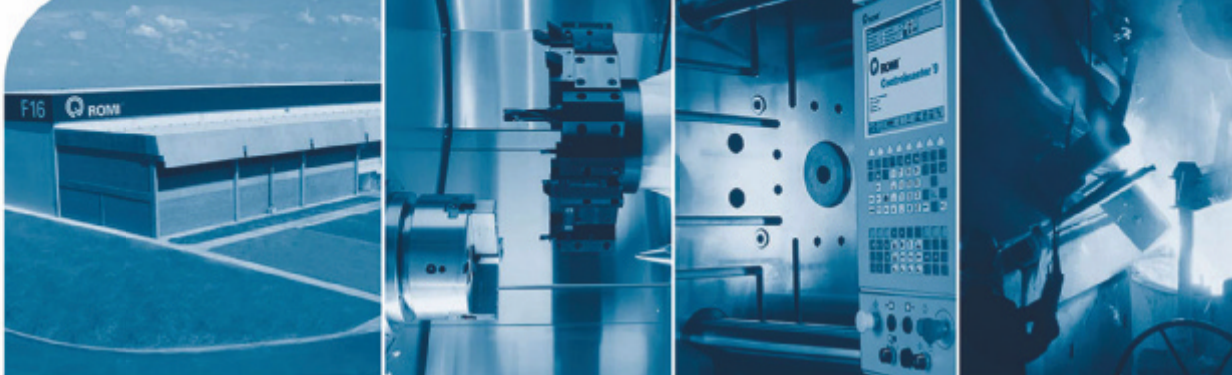


INDÚSTRIAS ROMI S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 56.720.428/0001-63

www.romi.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2011

Prezados Senhores:

Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à Sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Indústria Romi S.A. ("Romi" ou "Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes.

No início de 2011, o consenso do mercado era de que aquele seria o ano em que a recuperação econômica ganharia força, após a crise financeira mundial iniciada em 2008, porém essa expectativa não se concretizou e impactou negativamente o desempenho da indústria nacional.

Para a Romi, essa conjuntura de incerteza, reduziu as oportunidades de venda de máquinas em 2011. Alado à moeda nacional forte, durante o ano de 2011, fez com que a Companhia praticasse preços menores, já que a concorrência de muitos dos nossos produtos são máquinas importadas.

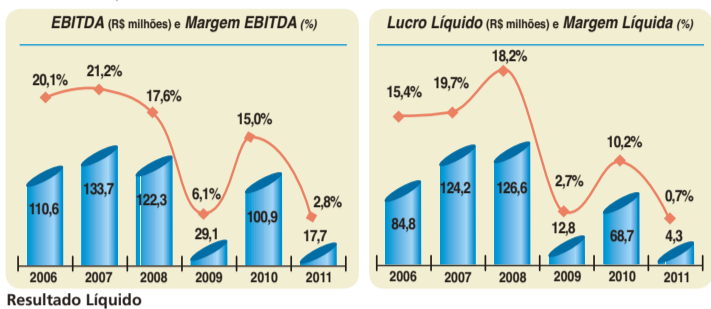
Entre os principais acontecimentos do ano, destacamos a aquisição da Burkhardt + Wäber, importante e tradicional fabricante alemã de máquinas-ferramenta, reconhecida mundialmente pelo alto grau de sofisticação e tecnologia dos seus produtos, com alta precisão e produtividade, e com vendas.

Com mais de 80 anos de história, marcados pelo pioneirismo e inovação, a Romi inicia o ano de 2012 apostando, primeiramente, em sua própria capacidade de lidar tanto com momentos de prosperidade quando com os de adversidades por meio de suas operações industriais e subsidiárias de comercialização e assistência técnica.

Margens

Em 2011, a margem bruta obtida pela Companhia diminuiu 8,6 pontos percentuais em relação a 2010, de 36,0% para 27,4%. Já a margem operacional de 2011 foi 13,2 pontos percentuais inferior ao obtido no ano anterior, passando de 11,4% para 1,8% negativo.

A geração operacional de caixa medida pelo EBITDA (Lucro Antes dos Resultados Financeiros, Impostos, Depreciação e Amortização) em 2011 foi de R\$ 17,7 milhões, com margem EBITDA de 2,8%. Pelo fato de as despesas operacionais da Romi possuírem características mais fixas do que variáveis, a diminuição do volume de receita afetou diretamente as margens da Companhia. Além disso, fundamentada nas expectativas de demanda para o ano de 2012, a Romi revisou seu programa de produção ao longo do segundo semestre e como consequência a Companhia ajustou seu quadro de colaboradores e, como acontece historicamente, o último trimestre do ano reflete os impactos do acordo coletivo anual, que, em novembro de 2011, foi de 10,0%.



O lucro líquido alcançado pela Romi em 2011 foi de R\$ 4,3 milhões, resultado substancialmente inferior ao obtido em 2010, impactado pela retração das vendas no período e a intensificação dos descontos para manter a competitividade, os aumentos da massa salarial e as verbas rescisórias, fruto de ajuste no quadro de colaboradores feito ao longo do ano.

1. DESEMPENHO OPERACIONAL

Receita Operacional Líquida

No acumulado dos doze meses de 2011, a Receita Operacional Líquida Consolidada apresentou diminuição de 6,3% em comparação com o ano de 2010, atingindo R\$ 631,1 milhões. Esse resultado foi alcançado devido ao crescimento de receita na unidade de Fundidos e Usinados, entretanto, houve queda no faturamento tanto da unidade de Máquinas-Ferramenta quanto no de Máquinas para Plásticos. No caso de Máquinas-Ferramenta, ao longo do ano a Romi investiu em sua política de descontos com o objetivo de manter o volume da sua atividade operacional. Já no caso das Máquinas para Plásticos, a Romi vem sofrendo forte concorrência de produtos importados, principalmente vindos da China, e por isso tem, também nesta unidade, investido em sua política de descontos.

Em 2011, as exportações representaram 10,0% (US\$ 45,2 milhões) da Receita Operacional Líquida, 33,3% superior quando comparado com 2010, quando as exportações representaram 8,7% (US\$ 33,9 milhões). Neste período, a Europa representou 56,8% (65,9% em 2010) das exportações, os EUA representaram 26,9% (24,2% em 2010) e a América Latina 16,3% (9,4% em 2010), esta última aumentando sua representatividade em relação ao ano de 2010.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora BRGAAP		Consolidado IFRS e BRGAAP	
		2011	2010	2011	2010
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	83.467	60.687	162.813	246.935
Duplicatas a receber	4	73.525	76.091	86.938	87.364
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	341.688	350.935	341.688	350.935
Estoques	6	272.678	228.223	314.355	263.460
Partes relacionadas	8	20.681	12.466	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	10	10.894	11.698	11.854	14.090
Outros créditos	31.292	12.517	32.700	13.924	24.838
Total do ativo circulante NÃO CIRCULANTE		834.225	752.617	950.348	976.708
Duplicatas a receber	4	13.208	14.544	13.208	14.544
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	478.991	500.103	478.991	500.103
Partes relacionadas	8	14.194	13.876	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	10	2.383	6.718	2.383	9.943
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	35.001	29.966	35.001	19.996
Depósitos judiciais	12	30.669	24.466	30.669	24.466
Outros créditos	8	12.568	18.009	13.866	19.064
Investimentos em controladas	7	105.781	211.538	-	-
Imobilizado	9	263.407	271.819	280.796	289.018
Intangível	7	6.115	5.332	8.132	7.350
Total do ativo não circulante		962.317	1.086.402	863.046	884.484
TOTAL DO ATIVO		1.796.542	1.839.019	1.813.394	1.861.192

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora BRGAAP		Consolidado IFRS e BRGAAP	
		2011	2010	2011	2010
CIRCULANTE					
Financiamentos	10	112.322	23.370	113.038	24.927
Financiamentos - FINAME fabricante	11	307.734	303.579	307.734	303.579
Salários e encargos sociais	26.403	23.735	33.046	26.546	36.422
Impostos e contribuições a recolher	4	4.966	9.983	6.505	11.305
Adiantamentos de clientes	9.322	7.223	10.131	7.579	7.579
Dividendos e juros sobre o capital próprio	8	9.369	306	9.602	9.602
Participações a pagar	322	2.590	322	2.590	2.590
Outras contas a pagar	5.857	4.761	7.170	5.842	5.842
Participação passiva a descoberto - controlada	7	3.548	2.561	-	-
Partes relacionadas	8	380	165	-	-
Total do passivo circulante NÃO CIRCULANTE		504.670	436.219	512.924	450.169
Financiamentos	10	123.776	212.451	123.776	212.615
Ações em tesouraria	11	447.020	454.304	447.020	454.304
Impostos e contribuições a recolher	4	4.761	4.721	4.761	4.721
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	12	33.061	26.429	33.061	26.429
Outras contas a pagar	4	4.187	3.562	4.347	3.612
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	1.291	1.291	7.761	7.325
Total do passivo não circulante		614.096	702.758	620.726	709.006
TOTAL DOS PASSIVOS PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.118.766	1.138.977	1.133.650	1.159.175
Capital social	13	489.973	489.973	489.973	489.973
Reserva de capital	13	2.052	2.052	2.052	2.052
Ações em tesouraria	3	(4.599)	-	(4.599)	-
Reserva de lucros	13	195.598	225.656	195.598	225.656
Outros resultados abrangentes	(5.248)	(17.639)	(5.248)	(17.639)	(17.639)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		677.776	700.042	679.744	702.017
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.796.542	1.839.019	1.813.394	1.861.192

2. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Foram efetuados 3 pagamentos de Juros sobre Capital Próprio, em abril, julho e outubro, imputáveis ao dividendo mínimo obrigatório de 2011, no montante bruto de aproximadamente R\$ 24,6 milhões, representando R\$ 0,33 por ação ao longo do ano de 2011.

3. INVESTIMENTOS

Ao longo do ano de 2011 foram investidos R\$ 19,7 milhões destinados, basicamente, para a manutenção, produtividade e modernização do parque industrial, e em tecnologia da informação.

4. AUDITORIA EXTERNA

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu ("Deloitte"), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação destes outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente, bem como obter a devida aprovação de seu Comitê de Auditoria. A Deloitte presta serviços de auditoria independente aos investidores quanto a sua independência e objetividade necessários para a realização de serviços de não auditoria. Durante o exercício de 2011, a Deloitte prestou, além do serviço de auditoria das demonstrações financeiras, o serviço de "due diligence" para a aquisição da B+W. A política da Companhia e suas controladas na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

5. ARBITRAGEM

As ações da Romi encontram-se listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, segmento diferenciado de listagem que engloba aquelas companhias que, de forma espontânea, se destacam na adoção dos mais elevados padrões de governança corporativa. Conseqüentemente, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Desta forma, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, aplicação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Novo Mercado.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação expresso em reais)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Nota explicativa	Controladora BRGAAP		Consolidado IFRS e BRGAAP	
		2011	2010	2011	2010
20	591.197	623.404	631.054	673.529	
21	(436.136)	(399.878)	(458.442)	(430.776)	
LUCRO BRUTO		155.061	223.526	172.612	242.753
RECETAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	21	(62.724)	(56.455)	(74.933)	(62.687)
Gerais e administrativas	11	(64.133)	(56.422)	(73.416)	(69.168)
Pesquisa e desenvolvimento	11	(24.700)	(23.489)	(26.085)	(24.838)
Participação e honorários da administração	8 e 21	(8.143)	(9.676)	(8.276)	(9.809)
Tributárias	21	(1.926)	(1.533)	(1.970)	(1.829)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(9.219)	(1.857)	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	23	663	1.970	1.004	2.479
Total		(170.182)	(147.462)	(183.676)	(165.852)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(15.121)	76.064	(11.064)	76.901
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	22	22.883	23.712	25.383	26.050
Despesas financeiras	22	(15.896)	(16.407)	(15.076)	(16.520)
Varição cambial, líquida	2	1.497	(5.301)	1.529	(5.283)
Total		8.484	2.004	10.836	4.247
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(6.637)	78.068	(228)	81.148
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
14	(10.205)	(10.139)	4.554	(12.398)	
Corrente		(4.800)	(14.517)	(10.451)	(16.776)
Diferido		15.005	4.378	15.005	4.378
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.568	67.929	4.326	68.750
ATRIBUÍDO À:					
Participação dos acionistas da controladora		3.568	67.929	3.568	67.929
Participação dos acionistas não controladores		-	-	758	821
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO EM REAIS - R\$		0,05	0,91		

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota Explicativa	Controladora BRGAAP		Consolidado IFRS e BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
1. Receitas	701.931	754.156	743.950	806.269
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	720.365	763.769	762.436	815.644
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber e outros créditos	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(19.097)	(11.583)	(19.490)	(11.854)
663	1.970	1.004	2.479	
2. Materiais adquiridos de terceiros	(359.367)	(342.574)	(377.698)	(370.298)
Intensivos consumidos	(298.520)	(298.316)	(301.462)	(311.976)
Outros custos de produtos e serviços prestados	(21.683)	(19.695)	(40.004)	(36.534)
Energia elétrica, serviços de terceiros e outras despesas	(39.164)	(24.563)	(36.232)	(21.088)
9	(28.073)	(23.313)	(28.795)	(24.041)
3. Retenções	(28.073)	(23.313)	(28.795)	(24.041)
Depreciação				
4. Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (1+2+3)	314.491	388.269	337.457	411.930
5. Valor adicionado recebido em transferência	15.161	16.554	26.912	20.767
Resultado da equivalência patrimonial e dividendos de investimentos avaliados ao custo	7	(9.219)	(1.857)	-
Receitas financeiras e variação cambial líquida	22	24.380	18.411	26.912
6. Valor adicionado a distribuir (4+5)	329.652	404.823	364.369	432.697
7. Distribuição do valor adicionado				
Empregados:				
Salários e encargos	176.131	187.225	202.649	211.231
Comissões sobre vendas	161.645	163.346	188.030	187.829
Participações e honorários da administração	3.692	2.342	3.692	1.702
Participação nos resultados	8.143	9.676	8.276	9.809
Planos de previdência privada aberta complementar	108	10.134	108	10.134
Tributos:				
Federais	2.543	1.727	2.543	1.727
Estaduais	104.683	131.004	111.755	134.980
Municipais	89.577	110.194	96.649	114.170
Aluguéis	14.228	19.884	14.228	19.884
Juros	878	926	878	926
Aluguéis	20.654	18.665	20.258	17.736
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos	13	24.616	25.721	25.381
Lucros retidos do período		3.568	42.208	4.326
Lucro adicionado distribuído		329.652	404.823	364.369

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DE



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Sempre que necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das empresas controladas em vista a uniformização das respectivas práticas contábeis de acordo com o IFRS e as práticas contábeis aplicadas pela Companhia. **2.8. Intangível:** É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por compra de cessão de direitos sobre projetos de máquinas, os quais possuem vida útil definida, e são amortizados considerando a utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 2.9). Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflita o benefício econômico do ativo intangível. Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. **2.9. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de eventual provisão constituída:** Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em demonstração. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. **2.10. Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais: a) Classificação como dívida ou patrimônio:** Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais. **b) Empréstimos e financiamentos:** Empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo custo amortizado. Adicionalmente são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. **c) Instrumentos de patrimônio:** Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos. **2.11. Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo, quando relevante, foram ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado. A taxa de desconto utilizada foi de aproximadamente 10,9% ao ano (10,5% em 31 de dezembro de 2010), a qual tem como fundamento e premissa a taxa média publicada pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Distribuidoras - "ANBID". A mensuração do ajuste a valor presente foi realizada em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação. As reversões dos ajustes dos ativos e passivos foram contabilizadas como receitas ou despesas financeiras. **2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A despeza de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde as subsidiárias da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos com vigência na data base das demonstrações financeiras. Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferido quando não há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são reduzidos a cada data de exercício a valores não negativos. Quando o saldo contábil em sua realização não seja mais provável. A despeza ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma provisão deve existir em sua demonstração financeira quando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é provável que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita. **2.13. Benefícios a empregados:** A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria, assistência médica, odontológica e participação nos lucros. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia encontra-se descrita na nota explicativa nº 15. O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelo funcionário como resultado de serviços passados prestados. As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia. **2.14. Outros ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados em valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos). **2.15. Juros sobre o capital próprio:** Os juros sobre o capital próprio foram tratados como distribuição de dividendos para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras. O valor dos juros sobre o capital foi calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Companhia, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal, limitada a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros retidos antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, foi considerado como dedutível para fins de imposto de renda, o imposto de renda retido na fonte calculado à alíquota de 15%, devido na época do pagamento ou do registro do respectivo valor da remuneração. **2.16. Reconhecimento de receita de vendas de produtos:** A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são registrados como despesas de venda. **2.17. Provisões:** As provisões são demonstradas em valor presente líquido quando uma obrigação presente (legal ou implícita), existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa. Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante proposto ser estimado com segurança. **Garantias:** A provisão para custos com garantia é reconhecida na data da venda dos produtos, com base na melhor estimativa da Administração sobre os custos a serem incorridos para a prestação dos serviços de garantia dos produtos. **2.18. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras:** O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: **a)** Vida útil de ativos de longa duração; **b)** Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa; **c)** Realização e obsolescência dos estoques; **d)** Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; **e)** Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; **f)** Imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais e demais ativos e passivos na data do balanço; **g)** Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios; A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprevisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente. **2.19. Demonstração de valor adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. A DVA apresenta a DVA acumulada em exercício anterior e a DVA acumulada em exercício atual, representada pelas receitas brutas das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receita de financiamento e outros). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da DVA entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **2.20. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis:** a) As seguintes normas, interpretações e alterações de normas contábeis foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011, entretanto, não tiveram impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC");

O saldo de duplicatas a receber de clientes no exterior em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	2011		2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Valores a vencer	7.360	17.930	3.444	10.226
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	239	1.236	627	1.695
De 31 a 60 dias	58	296	32	174
De 61 a 90 dias	13	685	-	214
De 91 a 180 dias	29	178	27	362
De 181 a 360 dias	40	1.015	101	1.131
Mais de 360 dias	134	3.963	64	1.790
	513	6.463	851	4.375
Total das duplicatas a receber - circulante	7.873	24.393	4.295	14.601

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	2011		2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo inicial - controladora	1.607	2.48		
Créditos provisionados no exercício	143	1.387		
Créditos baixados definitivamente da posição	(12)	(28)		
Saldo final - controladora	1.878	1.607		
Créditos provisionados no exercício - controladas	3.971	2.71		
Saldo final - consolidado	5.849	1.878		

5. VALORES A RECEBER - REPASSE FINAME FABRICANTE

	2011		2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Circulante:				
FINAME a vencer	317.634	317.058		
FINAME aguardando liberação (a)	3.890	5.163		
FINAME em atraso (b)	31.548	36.665		
	353.072	358.886		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.384)	(7.951)		
	341.688	350.935		
Não circulante:				
FINAME a vencer	457.438	469.127		
FINAME aguardando liberação (a)	23.338	30.976		
	480.776	500.103		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.785)	(500.103)		
	478.991	500.103		
Total	820.679	851.038		

Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são provenientes das vendas financiadas com recursos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (vide nota explicativa nº 11). FINAME fabricante refere-se a recursos especificamente vinculados a operações de venda, com prazos de até 60 meses, com opção de até 12 meses de carência e juros entre 4,0% e 8,0% ao ano, podendo ser de acordo com as condições estabelecidas pelo BNDES à época do financiamento, pré-fixados ou acrescidos da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Adicionalmente, considera-se também para definição das condições de financiamento, as características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES mediante a identificação do cliente e da venda e o enquadramento do cliente às condições da Circular nº 195, de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de um contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos da operação são integralmente refletidas nos valores a receber pela Companhia a serem repassados ao banco interveniente do contrato do qual a Companhia é a devedora. A Companhia possui reserva de domínio do equipamento objeto da venda até a liquidação final da obrigação pelo cliente. Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são representados por: **(a)** FINAME aguardando liberação: refere-se a operações que já foram caracterizadas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos respectivos recursos em conta corrente da Companhia pelo banco agente estava pendente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, em virtude dos prazos normais operacionais do banco agente. **(b)** FINAME em atraso: refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento. A Companhia registra provisão para eventual perda na realização desse saldo, no montante correspondente a diferença entre o valor esperado de alienação da máquina recuperada, como resultado da execução da cláusula de reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real), e o valor do contas a receber do cliente inadimplente. Para os casos onde a garantia real não é localizada, é constituída provisão integral para perda sobre o saldo do contas a receber apreendidas como parte do processo de execução, são registradas ao valor contábil, o qual não supera o seu valor de mercado, na rubrica de "Outros créditos", aguardando a decisão final da justiça, quando então, são reintegradas e transferidas para o grupo de estoques. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, estavam distribuídos como segue:

	2011		2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Valores a vencer	321.524	322.221		
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	6.488	5.734		
De 31 a 60 dias	3.612	3.742		
De 61 a 90 dias	2.657	3.297		
De 91 a 180 dias	5.078	6.250		
De 181 a 360 dias	5.233	8.021		
Mais de 360 dias	8.480	9.521		
	31.548	36.665		
Total - circulante	353.072	358.886		

	2011								Total
	Romi Itália	Romi Europa	Rominor	Romi Machine Tools	Intercoan	Romi A.L.	Sandretto México	Helen Acquisition Corp. (d)	
Investimentos:									
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a) 6.191.156		3.000	78	13.028	1.188.000	100	-
Participação no capital social	99,999%	100%	93,0711%	100%	100%	100%	100%	100%	-
Ativo circulante	48.701	51.237	25.769	9.440	24	1.996	17	-	-
Ativo não circulante	11.773	852	5.852	210	-	-	-	-	-
Passivo circulante	22.065	205	3.210	7.212	12	-	-	-	-
Passivo não circulante	14.367	627	-	5.986	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) da controladora em 31 de dezembro de 2011	24.039	51.257	28.411	(3.548)	12	1.996	17	-	-
Movimentação do investimento:									
Saldo inicial do investimento em 31 de dezembro de 2010	26.800	1.104	26.534	(2.561)	17	1.430	-	153.636	206.960
Variação cambial sobre investimentos no exterior	2.773	304	-	(400)	-	223	2	479	3.381
Aumento de capital (b)	13.767	49.692	-	-	-	-	52	-	63.511
Dividendos declarados e distribuídos (c)	-	-	(10.282)	-	-	-	-	-	(10.282)
Equivalência patrimonial	(19.301)	157	10.191	(587)	(5)	343	(37)	-	(9.219)
Redução de capital (b)	-	-	-	-	-	-	-	20	(2.189)
Valor patrimonial equivalente - saldo final	24.039	51.257	26.443	(3.548)	12	1.996	17	(154.135)	(154.135)
Investimento em controladas	-	-	-	-	12	1.996	17	-	103.764
Ágio - JAC Indústria Metalúrgica Ltda. ("JAC")	-	-	-	-	-	-	-	-	2.017
Total dos investimentos em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	105.781
Provisão para passivo a descoberto - controlada Intangível - JAC Indústria Metalúrgica Ltda. ("JAC")	-	-	-	(3.548)	-	-	-	-	(3.548)
Cessão de direitos sobre projetos - Digmotor	-	-	-	-	-	-	-	-	703
Cessão de direitos sobre projetos - Lazatti	-	-	-	-	-	-	-	-	2.563
Cessão de direitos sobre projetos - PFG S.r.l.	-	-	-	-	-	-	-	-	416
Cessão de direitos sobre projetos - Litz Hitech Corp.	-	-	-	-	-	-	-	-	1.778
Total do intangível - controladora	-	-	-	-	-	-	-	-	6.115
Ágio - JAC Indústria Metalúrgica Ltda. ("JAC")	-	-	-	-	-	-	-	-	2.017
Total do intangível - consolidado									8.132

	2010								Total
	Romi Itália	Romi Europa	Rominor	Romi Machine Tools	Intercoan	Romi A.L.	Helen Acquisition Corp. (d)		
Investimentos:									
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a) 6.191.156		3.000	78	13.028	1.188.000	100	-
Participação no capital social	99,999%	100%	93,0711%	100%	100%	100%	100%	100%	-
Ativo circulante	46.869	1.006	25.602	7.986	23	1.444	17	-	153.792
Ativo não circulante	14.246	769	6.345	219	-	-	-	-	-
Passivo circulante	20.906	671	3.338	10.745	6	14	-	-	156
Passivo não circulante	13.409	-	-	21	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) da controladora em 31 de dezembro de 2010	26.800	1.104	28.509	(2.561)	17	1.430	-	-	153.636
Movimentação do investimento:									
Saldo inicial do investimento em 31 de dezembro de 2009	33.946	2.496	26.834	(2.182)	20	1.624	-	-	62.738
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(3.062)	(692)	-	135	-	(58)	-	-	(9.488)
Aumento de capital (b)	7.842	-	-	-	-	-	52	-	162.737
Dividendos declarados e distribuídos (c)	-	-	(11.335)	-	-	-	-	-	(11.335)
Equivalência patrimonial	(12.002)	(624)	11.035	-	(3)	(136)	-	-	387
Provisão para passivo a descoberto de controlada	-	-	-	-	(514)	-	-	-	(514)
Valor patrimonial equivalente - saldo final	26.800	1.104	26.534	(2.561)	17	1.430	-	-	153.636
Investimento em controladas	26.800	1.104	26.534	-	17	1.430	-	-	209.521
Ágio - JAC Indústria Metalúrgica Ltda. ("JAC")	-	-	-	-	-	-	-	-	2.017
Total dos investimentos em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	211.538
Provisão para passivo a descoberto - controlada Intangível:									
Intangível - JAC Indústria Metalúrgica Ltda. ("JAC")	-	-	-	-	-	-	-	-	1.309
Cessão de direitos sobre projetos - Digmotor	-	-	-	-	-	-	-	-	1.041
Cessão de direitos sobre projetos - Lazatti	-	-	-	-	-	-	-	-	2.703
Cessão de direitos sobre projetos - PFG S.r.l.	-	-	-	-	-	-	-	-	281
Total do intangível - controladora	-	-	-	-	-	-	-	-	5.333
Ágio - JAC Indústria Metalúrgica Ltda. ("JAC")	-	-	-	-	-	-	-	-	2.017
Total do intangível - consolidado									7.350

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações. (b) A Companhia efetuou os seguintes aumentos de capital em suas controladas: **Romi Itália:** • 2010 - C 3.952, que totalizou R\$7.842. • 2011 - C 5.692, que totalizou R\$13.767. **Sandretto México:</**



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

b) Síntese da movimentação do ativo imobilizado consolidado:

	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Adiantamentos	Total
Custo do imobilizado bruto									
Saldo em 1º de janeiro de 2010	27.055	172.743	193.973	8.626	2.729	20.259	2.717	3.389	431.491
Adições	-	-	16.344	225	430	2.506	16.300	(2.552)	33.253
Baixas	(515)	(1.311)	(2.885)	(330)	(120)	(1.365)	(55)	-	(6.581)
Transferências	-	4.493	5.948	4	(460)	980	(10.965)	-	-
Variação cambial	(207)	(1.068)	(1.254)	(13)	410	(404)	-	-	(2.659)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	26.333	174.857	212.522	8.389	2.989	21.976	7.997	837	455.504
Adições	-	119	12.197	244	204	1.740	6.223	(415)	19.703
Baixas	(333)	(230)	(5.283)	(428)	(294)	(373)	-	-	(7.004)
Transferências	-	704	1.151	79	-	2.644	(4.578)	-	-
Variação cambial	152	840	361	64	58	177	-	-	1.652
Saldo em 31 de dezembro de 2011	26.152	176.218	220.552	8.386	2.957	25.564	9.642	422	469.855
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2010	-	30.354	99.215	5.846	2.084	12.611	-	-	150.130
Depreciação	-	7.356	11.788	464	321	2.506	-	-	22.435
Baixas	-	(548)	(2.305)	(324)	(113)	(1.354)	-	-	(4.644)
Transferências	-	-	93	3	(84)	(12)	-	-	-
Variação cambial	-	(288)	(583)	(131)	(58)	(375)	-	-	(1.435)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	8.674	108.208	5.878	2.150	13.376	-	-	166.486
Depreciação	-	36.808	15.123	476	315	3.080	-	-	27.602
Baixas	-	(41)	(4.458)	(47)	(295)	(355)	-	-	(5.571)
Transferências	-	(87)	-	(8)	-	-	-	-	-
Variação cambial	-	47	206	55	52	142	-	-	542
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	45.528	119.079	5.979	2.222	16.251	-	-	189.059
Imobilizado líquido									
Saldo em 1º de janeiro de 2010	27.055	142.389	94.758	2.760	639	7.648	2.717	3.389	281.061
Saldo em 31 de dezembro de 2010	26.333	137.983	103.918	2.511	845	8.600	7.997	837	289.018
Saldo em 31 de dezembro de 2011	26.152	130.690	101.473	2.369	735	9.313	9.642	422	280.796

Em virtude de contratos de financiamento com o BNDES para investimentos em imobilizado, em 31 de dezembro de 2011 havia R\$52.492 (R\$58.404 em 31 de dezembro de 2010) em bens gravados em garantia, representados, em sua totalidade, por máquinas e equipamentos. A Companhia não capitalizou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 encargos financeiros na rubrica "Obras em andamento" devido à materialidade do valor envolvido. Em 31 de dezembro de 2010 foram capitalizados R\$56. c) Taxas de depreciação: A Companhia deprecia o ativo imobilizado pelo método linear, usando as taxas de depreciação demonstradas a seguir:

10. FINANCIAMENTOS

	Circulante		Não circulante	
	2011	2010	2011	2010
Financiamentos de exportação	76.128	355	17.298	75.703
Imobilizado - moeda nacional	30.385	17.413	97.870	125.176
FINAME diversos (a)	4.483	4.395	7.600	10.917
Saques refinanciados - moeda nacional e outros	1.326	1.207	1.008	655
Controladora	112.322	23.370	123.776	212.451
Romi Machine Tools - capital de giro - US\$	-	-	-	-
Romi Itália (Sandretto UK Ltda.) - capital de giro - Libra Esterlina	692	1.509	-	143
Consolidado	113.038	24.927	123.776	212.615

(a) A Companhia ofereceu ao BNDES como garantia na contratação de financiamentos máquinas e equipamentos conforme mencionado na nota explicativa nº 9. Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2011, controladora e consolidado, são como segue:

	Controladora e consolidado	
	2011	2010
2013	51.781	25.562
2014	18.562	14.837
2015	14.837	13.034
2016	13.034	12.376
2017 e após	123.776	123.776

1) A Companhia obriga-se a exportar, até a data de liquidação do contrato, o equivalente ao valor contratado em moeda nacional convertida para dólares americanos pela taxa de câmbio da data do contrato, totalizando US\$ 50.000 mil até 16 de dezembro de 2013. Na ocorrência de não exportação dentro do prazo estipulado, será exigida multa contratual correspondente a 10% sobre o valor inadimplido. A Companhia espera cumprir as condições de exportação estabelecidas no contrato de financiamento. 2) Durante o ano de 2011, a Companhia assinou aditivo contratual com o BNDES, substituindo as garantias financeiras por hipoteca de imóveis de propriedade da Companhia, com os equipamentos nele instalados.

11. FINANCIAMENTOS - FINAME FABRICANTE

	Controladora e consolidado	
	2011	2010
2013	307.734	303.579
2014	447.020	454.304
2015	251.601	147.964
2016	145.914	95.214
2017 e após	447.020	454.304
Total	2.474	1.745
Passivo não circulante	33.061	26.429

Os contratos de financiamento FINAME Fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controladora Rominor através de hipoteca de seus imóveis, e os saldos são diretamente relacionados com a rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante" (vide nota explicativa nº 5), tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e prazos financeiros no programa são integralmente repassadas aos clientes financiados, e os recebimentos mensais são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamento vinculados. A Companhia atua, portanto, como repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém permanece como a principal devedora dessa operação. Os financiamentos FINAME Fabricante obtidos e repassados aos clientes têm prazos de até 60 meses, com opção de carência de até 12 meses e os seguintes juros: (a) entre 4,0% e 5,8% ao ano, acrescidos da TJP; (b) 4,5% ao ano prefixado, conforme Circular nº 79, de 10 de julho de 2009, para as operações efetuadas entre 27 de julho de 2009 e 30 de junho de 2010; e (c) 5,5% ao ano, prefixado, conforme Circular nº 27, de 27 de maio de 2010, para as operações efetuadas entre 1º de julho de 2010 e 31 de março de 2011. Tais condições de financiamento são estabelecidas pelo BNDES, com base nas características do cliente. Os saldos da rubrica "Financiamentos - FINAME Fabricante", e, conseqüentemente, os da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante" em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estavam atualizados e corrigidos monetariamente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. A diferença entre esses saldos no montante de R\$ 65.925 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 93.155 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a duplicatas em atraso, renovações em andamento por atraso e operações ainda não liberadas pelo banco agenciado. A Administração entende não existirem riscos de realização desses montantes a receber, tendo em vista que os valores possuem garantia real das próprias máquinas comercializadas. Os vencimentos de FINAME Fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2011, controladora e consolidado, são como segue:

	Controladora e consolidado	
	2011	2010
2013	307.734	303.579
2014	447.020	454.304
2015	251.601	147.964
2016	145.914	95.214
2017 e após	447.020	454.304
Total	2.474	1.745
Passivo não circulante	33.061	26.429

12. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Administração da Companhia e de suas controladas, com seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Classificação dos processos valores em 31 de dezembro de 2011			Controladora e consolidado	
	Removido	Possível	Provável	Provisão registrada	2011
Fiscais	4.424	4.360	32.813	32.813	26.409
Cíveis	3.575	2.994	495	495	379
Trabalhistas	11.873	1.272	2.227	2.227	1.386
Total	15.893	8.626	35.535	35.535	28.174
Passivo circulante	-	-	-	-	2.474
Passivo não circulante	-	-	-	-	33.061

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis pelos assessores jurídicos, a Administração registrou provisão, cuja movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado			
	2011	Adições	Utilizações/ reversões	Atualização monetária
Fiscais	26.409	6.323	(143)	81.323
Cíveis	379	216	(495)	43
Trabalhistas	1.386	2.083	(1.414)	172
Total	28.174	8.622	(1.557)	296

Nas controladas não há processos em andamento nem riscos contingenciais a considerar, conforme avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2011, a natureza das principais causas, classificadas pela Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como de risco provável de perda e que, portanto, tiveram seus valores incluídos na provisão mencionada, é como segue: a) **Processos fiscais:** Correspondem à provisão para PIS e COFINS sobre ICMS de vendas no montante de R\$5.491 (R\$4.400 em 31 de dezembro de 2010) e R\$25.294 (R\$20.273 em 31 de dezembro de 2010), respectivamente, para o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS sobre serviços prestados por cooperativas no montante de R\$2.002 (R\$1.710 em 31 de dezembro de 2010) e R\$26 referentes a imposto de renda retido na fonte por órgão governamental, compensado na declaração de imposto de renda, mas indeferido pela autoridade fiscal. A Companhia está depositando judicialmente o PIS e o COFINS sobre o ICMS de vendas, cujo montante em 31 de dezembro de 2011, totaliza R\$30.669 (R\$26.466 em 31 de dezembro de 2010). b) **Processos cíveis:** Referem-se a pedidos judiciais de revisões contratuais. c) **Processos trabalhistas:** A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para almoço; (ii) multa de 40% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS anterior às aposentadorias; (iii) multa de 40% do FGTS sobre os valores dos expurgos dos Planos Verão e Collor; e (iv) indenizações por acidentes de trabalho e responsabilidades subsidiárias de empresas terceirizadas. As causas classificadas como de risco provável, de natureza fiscal, cível e trabalhista, discutem assuntos similares aos descritos acima. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desdobro pela Companhia em valores superiores aos registrados na provisão. Os valores envolvidos não caracterizam obrigações legais.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora e consolidado		
	2011	2010	Total
2012	10.669	3.997	14.666
2013	3.617	1.304	4.921
2014	2.473	891	3.364
2015	1.019	1.128	2.147
2016	76	27	103
Total	27.654	7.347	35.001

	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Adiantamentos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2010	27.055	172.743	193.973	8.626	2.729	20.259	2.717	3.389	431.491
Adições	-	-	16.344	225	430	2.506	16.300	(2.552)	33.253
Baixas	(515)	(1.311)	(2.885)	(330)	(120)	(1.365)	(55)	-	(6.581)
Transferências	-	4.493	5.948	4	(460)	980	(10.965)	-	-
Variação cambial	(207)	(1.068)	(1.254)	(13)	410	(404)	-	-	(2.659)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	26.333	174.857	212.522	8.389	2.989	21.976	7.997	837	455.504
Adições	-	119	12.197	244	204	1.740	6.223	(415)	19.703
Baixas	(333)	(230)	(5.283)	(428)	(294)	(373)	-	-	(7.004)
Transferências	-	704	1.151	79	-	2.644	(4.578)	-	-
Variação cambial	152	840	361	64	58	177	-	-	1.652
Saldo em 31 de dezembro de 2011	26.152	176.218	220.552	8.386	2.957	25.564	9.642	422	469.855
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2010	-	30.354	99.215	5.846	2.084	12.611	-	-	150.130
Depreciação	-	7.356	11.788	464	321	2.506	-	-	22.435
Baixas	-	(548)	(2.305)	(324)	(113)	(1.354)	-	-	(4.644)
Transferências	-	-	93	3	(84)	(12)	-	-	-
Variação cambial	-	(288)	(583)	(131)	(58)	(375)	-	-	(1.435)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	8.674	108.208	5.878	2.150	13.376	-	-	166.486
Depreciação	-	36.808	15.123	476	315	3.080	-	-	27.602
Baixas	-	(41)	(4.458)	(47)	(295)	(355)	-	-	(5.571)
Transferências	-	(87)	-	(8)	-	-	-	-	-
Variação cambial	-	47	206	55	52	142	-	-	542
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	45.528	119.079	5.979	2.222	16.251	-	-	189.059

Prédios e equipamentos 10 a 15 anos
Máquinas e equipamentos 10 a 15 anos
Veículos 10 a 15 anos
Tecnologia da informação 20
Veículos 10
Pátios 10
Durante o exercício, a Companhia revisou o valor recuperável dos ativos de vida longa, e como resultado, nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi identificada.

	Circulante		Não circulante	
	2011	2010	2011	2010
Financiamentos de exportação	76.128	355	17.298	75.703
Imobilizado - moeda nacional	30.385	17.413	97.870	125.176
FINAME diversos (a)	4.483	4.395	7.600	10.917
Saques refinanciados - moeda nacional e outros	1.326	1.207	1.008	655
Controladora	112.322	23.370	123.776	212.451
Romi Machine Tools - capital de giro - US\$	-	-	-	-
Romi Itália (Sandretto UK Ltda.) - capital de giro - Libra Esterlina	692	1.509	-	143
Consolidado	113.038	24.927	123.776	212.615

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é representado por 74.757.547 ações ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal, todas com os mesmos direitos e vantagens. Regime legal: O saldo da rubrica "Reserva legal", tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia registrou R\$178 (R\$3.396 em 31 de dezembro de 2010). Juros sobre o capital próprio: Em 2011 a Companhia optou pelo pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$24.616 (R\$37.378 em 31 de dezembro de 2010) com retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$2.773 (R\$4.224 em 31 de dezembro de 2010). Em 31 de dezembro de 2010, os juros compõem o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. Durante o exercício de 2011 e 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou que acima referidos juros sobre o capital próprio fossem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. A distribuição dos juros sobre o capital próprio durante o ano 2011 está apresentada a seguir:

Provento	Evento - Data	Montante - R\$ mil		Valor por ação - R\$	Data do pagamento
		Bruto	Líquido		
Juros sobre o capital próprio	RCA - 15/03/2011	8.971	7.968	0,12	20/04/2011
Juros sobre o capital próprio	RCA - 07/06/2				



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

21. DESPESAS POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Depreciação e amortização	28.073	23.313	28.795	24.041
Despesas com pessoal	188.149	177.836	214.534	202.319
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	335.660	284.408	338.923	297.739
Fretes	13.383	10.653	14.604	11.901
Outras despesas	32.497	51.243	46.266	63.107
Total	597.762	547.453	643.122	599.107

Classificado como:

Custo dos produtos e serviços vendidos	436.136	399.878	458.442	430.776
Despesas com vendas	62.724	56.455	74.933	62.687
Despesas gerais e administrativas	64.133	56.422	73.416	69.168
Pesquisa e desenvolvimento	24.700	23.489	26.085	24.838
Participação e honorários da Administração	8.143	9.676	8.276	8.809
Despesas Tributárias	1.926	1.533	1.970	1.829
Total	597.762	547.453	643.122	599.107

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	15.292	5.239	15.432	7.808
Juros de duplicatas a receber	10.235	9.691	9.951	9.460
Juros de impostos a recuperar (a)	-	8.782	-	8.782
Total	22.883	23.712	25.383	26.050
Despesas financeiras:				
Juros de financiamento	(15.370)	(15.518)	(16.062)	(15.631)
Outras	(5.276)	(889)	(14)	(889)
	(15.896)	(16.407)	(16.076)	(16.520)

(a) Trata-se de ação judicial que visava à restituição da contribuição previdenciária incidente sobre os pagamentos efetuados a autônomos e administradores no período de outubro de 1989 a julho de 1994. Após o trânsito em julgado e a renúncia à execução judicial do acórdão, em março de 2010 a Companhia efetuou pedido de habilitação de crédito junto com a Receita Federal do Brasil, que foi deferido em junho de 2010. Esses valores foram integralmente compensados com as contribuições previdenciárias geradas em 2010.

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Resultado da venda de ativos	663	1.970	1.004	2.479

24. EVENTOS SEQUENTES

No dia 31 de janeiro de 2012, a Romi concluiu, por meio de sua subsidiária integral Romi Europa, localizada na Alemanha, a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Burkhardt + Wleber Fertigungssysteme GmbH ("B+W"). A aquisição foi integralmente paga na data da conclusão acima mencionada, com recursos próprios. O valor da transação foi de € 20,5 milhões. Devido ao desfecho da aquisição ocorrer em data próxima a de aprovação destas demonstrações financeiras, não foi possível apurar os efeitos desta aquisição, assim como incluir as divulgações requeridas pelo IFRS 3 - Business Combination, e CPC 15, Combinação de Negócios, nas demonstrações financeiras.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 07 de fevereiro de 2012.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Américo Emilio Romi Neto Presidente	Paulo Romi Mônica Romi Zanatta Paolo Guglielmo Bellotti	Alexander Bialer Pedro Mader Meloni Newton Carneiro da Cunha
Carlos Guimarães Chiti Vice-Presidente		

CONSELHO CONSULTIVO

Romeu Romi	Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho	Amaury Torres de Miranda
-------------------	---	---------------------------------

CONSELHO FISCAL

Antonio Nelson Naime	Alfredo Ferreira Marques Filho	Sergio de Vasconcellos Rodrigues
-----------------------------	---------------------------------------	---

DIRETORIA

Livaldo Aguiar dos Santos Presidente	William dos Reis Vice-Presidente
José Carlos Romi Diretor	Fábio José Azevedo Degan Diretor
Sergio Roberto Novo Diretor	Ivan de Carvalho Machado Diretor
Hermes Alberto Lago Filho Diretor	Contador Rodrigo Tadeu Pizani - CRC 1 SP 194213/O-7
Luiz Cassiano Rando Rosolen Diretor	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal de **Indústrias Romi S.A.**, tendo procedido ao exame das informações disponibilizadas, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, e tendo recebido os devidos esclarecimentos por parte da Administração, concluíram nada ter a objetar ou reparar com relação às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício fiscal de 2011, e opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Nada mais havendo a tratar, lavraram a presente ata que, após lida e achada conforme, por todos os presentes foi assinada.

Santa Bárbara d'Oeste, 06 de fevereiro de 2012

Antonio Nelson Naime
Alfredo Ferreira Marques Filho
Sergio de Vasconcellos Rodrigues

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Indústrias Romi S.A.**,
Santa Bárbara d'Oeste - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Indústrias Romi S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração Sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo **International Accounting Standards Board - IASB**, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Indústrias Romi S.A.**, em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião Sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Indústrias Romi S.A.**, em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo **International Accounting Standards Board - IASB** e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **Indústrias Romi S.A.**, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 07 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Edgar Jabbour
Contador - CRC nº 1 SP 156465/O-9



ROMINOR - COMÉRCIO, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Fechada - CNPJ nº 84.696.814/0001-00

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2011. Atendendo às disposições da Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31/12/2011 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Santa Bárbara d'Oeste, 06 de fevereiro de 2012

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo Circulante	Nota explicativa	2011		2010	
		2011	2010	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa	3	25.422	25.200		
Contas a receber		105	98		
Impostos a recuperar		243	304		
Total do ativo circulante		25.770	25.602		
Não Circulante					
Investimentos		44	35		
Propriedades para investimentos	4	5.808	6.210		
Total do ativo não circulante		5.852	6.245		
Total do Ativo		31.622	31.847		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais - R\$)

	2011	2010
Receita Operacional Líquida (Despesas e Receitas Operacionais)	10.693	12.105
Depreciação de imóveis alugados	(69)	(70)
Tributárias	(25)	(25)
Administrativas	(95)	(72)
Honorários da administração	(130)	(130)
Outras receitas operacionais, líquidas	148	-
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	10.522	11.808
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	2.523	2.121
Despesas financeiras	3	(2)
Lucro Operacional	13.048	13.927
Imposto de renda e contribuição social	(2.097)	(2.072)
Lucro Líquido do Exercício	10.951	11.855
Lucro Líquido por Ação - Básico e Diluído - R\$	1,77	1,91

Não há outros resultados abrangentes no exercício corrente e no exercício anterior

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Saldo em 31 de Dezembro de 2009	Nota explicativa	Capital social	Reservas			Lucros acumulados	Total
			Reservas de capital	Reserva de lucro	Reserva legal		
Lucro líquido do exercício		17.451	80	9.529	1.939	11.468	28.999
Destinações:							
Reserva legal	6	-	-	-	593	593	(593)
Dividendos pagos e propostos (equivalente a R\$1,99 por ação)	6	-	-	(9.529)	-	(2.815)	(12.344)
Retenção de lucros	6	-	-	8.447	-	(8.447)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010		17.451	80	8.447	2.532	10.979	28.510
Lucro líquido do exercício						10.951	10.951
Destinações:							
Reserva legal	6	-	-	-	547	547	(547)
Dividendos pagos e propostos (equivalente a R\$1,78 por ação)	6	-	-	(8.447)	-	(2.602)	(11.049)
Retenção de lucros	6	-	-	7.802	-	(7.802)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011		17.451	80	7.802	3.079	10.881	28.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2011	2010
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	10.951	11.855
Ajuste para conciliar o lucro líquido ao caixa gerado nas atividades operacionais:		
Provisão de imposto de renda e contribuição social	2.097	2.072
Depreciação	69	70
Ganho na alienação de imobilizado	(148)	-
Variações nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(7)	3
Impostos a recuperar	61	(37)
Variações nos passivos operacionais:		
Impostos e contas a pagar	(10)	(3)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(547)	(325)
Caixa gerado nas atividades operacionais	12.466	13.635
Imposto de renda e contribuição social pago	(1.463)	(1.835)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	11.003	11.800
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimentos		
Venda de imobilizado	(9)	(15)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	481	250
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	(11.253)	(12.692)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(11.253)	(12.692)
Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	222	(657)
Caixa e Equivalentes de Caixa - No Início do Exercício	25.200	25.875
Caixa e Equivalentes de Caixa - No Fim do Exercício	25.422	25.200
Informações Complementares:		
Dividendos propostos a serem pagos no exercício seguinte	2.602	2.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rominor ("Companhia") tem por objetivo principal a locação de imóveis e a intermediação de negócios e corretagem, basicamente representada pela comissões recebidas de investidores financeiros, decorrente de garantias e avais. De acordo com seu Estatuto Social, poderá ainda comercializar máquinas, equipamentos e acessórios, exportar e importar, prestar serviços de acordo com suas atividades operacionais, administrar bens próprios e de terceiros e participar em outras companhias.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. **2.1. Alterações nas práticas contábeis brasileiras:** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), emitiu os pronunciamentos abaixo listados, os quais não tiveram qualquer efeito relevante sobre os valores reportados para os exercícios corrente e anterior, no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

15(R)1 Assunto Deliberação CVM Nº
19(R)1 Combinação de negócios 665/11
20(R)1 Investimento em empreendimentos controlado em conjunto (joint venture) 666/11
20(R)1 Custos de empréstimos 672/11
21(R)1 Demonstração intermediária 673/11
25(R)1 Demonstração separadas 667/11

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes: **a) Ativos financeiros:** Caixa e equivalentes de caixa; Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações em títulos com alta liquidez e riscos insignificantes de perda de valor. São registrados ao custo ou de acordo com o mercado, e quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **b) Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio ("capital social") emitidos pela Companhia:** Classificação como passivos financeiros e capital social. Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como capital social de acordo com a essência do acordo contratual. Passivos financeiros são designados como outros passivos reconhecidos inicialmente a valor justo e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se do método dos juros efetivos. Passivos de garantias financeiras contratuais são passivos de garantias financeiras contratuais são mensurados inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo maior entre: • O montante da obrigação do contrato; • O montante inicialmente reconhecido deduzido, quando aplicável, da amortização acumulada reconhecida de acordo com a prática contábil de reconhecimento de receita definida. **c) Propriedades para investimento:** Estão registradas ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de provisões para possíveis perdas na sua realização quando necessária. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. Vide nota nº 4. **d) Tributação:** A Companhia adotou a opção da legislação fiscal vigente referente à apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no lucro fiscal presumido. Sendo assim, com base no Artigo 15 da Lei nº 9.429/95, os percentuais utilizados para a determinação das bases de cálculo são os seguintes: • 32% sobre receitas e serviços; • 100% sobre os rendimentos financeiros. Sobre as bases de cálculo constituídas de acordo com o mencionado acima, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10%, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. **e) Outros ativos e passivos circulares e não circulares:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **f) Distribuição de dividendos:** É reconhecido como passivo no momento em que os dividendos são propostos pela Administração. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a legislação societária e as práticas contábeis adotadas no Brasil, sejam distribuídos de dividendos. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido pago durante o exercício. **g) Apuração do resultado:** O resultado das operações é registrado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas operacionais estão registradas pelo valor justo da compensação recebida ou a receber. **h) Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Companhia o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos,

passivos, receitas e despesas registrados, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

3. CAIXA EQUIVALENTES DE CAIXA

	2011	2010
Caixa	41	24
CDB - Certificado de depósito bancário	11.270	11.021
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures	14.111	14.155
Total do caixa e equivalentes de caixa	25.422	25.200

As aplicações financeiras, inclusive as lastreadas por debêntures e possuem rentabilidade substancialmente fixada pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

4. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

	Taxa anual de depreciação (%)	2011	2010
Edificações	4	4.016	4.186
Depreciação acumulada		(3.125)	(3.088)
Terrenos		891	1.098
		4.917	5.112
		5.808	6.210

5. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes:

Saldos patrimoniais	Contas a receber (Aluguéis)		Contas a pagar (Dividendos e outros)	
	2011	2010	2011	2010
Controladora direta: Indústrias Romi S.A.	96	91	2.423	2.623
Total	96	91	2.423	2.623

As transações com partes relacionadas decorrem das receitas oriundas dos contratos de locação de imóveis, que no de 2011 totalizou R\$1.152 (R\$1.104 em 2010) e dos serviços administrativos no montante de R\$11 em 2011 (R\$10 em 2010).

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é representado por 6.191.156 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente autorizadas e ajustadas. O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, igualizado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de dividendos e de constituição de reserva de lucros pela Administração à Assembleia Geral Ordinária é como segue:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	10.951	11.855
(-) Constituição de reserva legal	(547)	(593)
Lucro passível de distribuição	10.404	11.262
Dividendos propostos	(2.602)	(2.815)
Constituição de reserva de lucros	7.802	8.447
Percentual dos dividendos propostos sobre o lucro passível de distribuição	25%	25%

Em 6 de fevereiro de 2012 foi proposta pela Administração a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$7.802, totalizando R\$10.404, a serem pagos durante o exercício social de 2012, oriundos das reservas de lucros existentes em 31 de dezembro de 2011, que serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária. Em 14 de março de 2011 foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$8.447, totalizando R\$11.262, pagos durante o exercício social de 2011, oriundos das reservas de lucros existentes em 31 de